

Sobre a complexidade de um conceito: Universidade em Trás-os-Montes, antropologia e desenvolvimento num Portugal dual após o 25 de Abril de 1974. Neste texto exploro criticamente o desenvolvimento material e imaterial de Portugal nos últimos 50 anos, tendo como referência o projeto universitário em Trás-os-Montes. Faço-o a partir de uma leitura pessoal, deambulante e impressiva que me faz comparar a vida ali (onde trabalho) e a da Grande Lisboa (onde vivo). O argumento permite-me abordar a complexidade ou multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, ao mesmo tempo que avanço com alguns campos e linhas de reflexão e pensamento que merecem e podem ser exploradas pela antropologia—nomeadamente no âmbito de um projecto de conhecimento mais inclusivo que integre o mais-do-que-humano.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; Trás-os-Montes; desenvolvimento; complexidade; antropologia.

On the complexity of a concept: University in Trás-os-Montes, anthropology, and development in a dual Portugal after April 25, 1974. In this text, I critically explore Portugal's material and immaterial development over the past 50 years, taking as my reference the university project in Trás-os-Montes. I do so based on a personal, wandering, and impressive reading that leads me to compare life there (where I work) with that of Greater Lisbon (where I live). The argument allows me to address the complexity and multidimensionality of the concept of development, while also advancing some fields and lines of reflection and thought that deserve and can be explored by anthropology—particularly within the scope of a more inclusive knowledge project that integrates the more-than-human.

KEYWORDS: University; Trás-os-Montes; development; complexity; anthropology.

Sobre a complexidade de um conceito: Universidade em Trás-os-Montes, antropologia e desenvolvimento num Portugal dual após o 25 de Abril de 1974

PRELÚDIO

7 de Junho de 2024¹, Picote, as luzes da sala acendem-se e ouve-se a voz de Maria, 80 anos: “gostei muito... era assim a nossa vida!” Refere-o, num misto de nostalgia e visão crítica do passado, mas, igualmente, de leitura crítica do presente e do futuro. De um presente que já estranha e de um futuro que teme pelos “seus” que ficam. A sua avaliação é feita logo após o visionamento de *Gente do Norte – Ou A História de Vila Rica* (1977), do realizador Leonel Brito e de *Velhas Profissões* (1975), da cooperativa de Cinema Cinequanon. Os dois filmes, de cariz documental e num cinema de urgência e de salvaguarda, foram realizados no âmbito do Processo Revolucionário em Curso (PREC) e das Campanhas de Dinamização Cultural. Mostram-nos um Portugal (interior, rural) material e socialmente diferente daquele que hoje conhecemos. Quer no primeiro filme, um retrato social de Torre de Moncorvo em 1977, quer no segundo, um estudo filmico sobre os ofícios tradicionais de então, estão bem vincadas as estruturas sociais das sociedades rurais portuguesas no início da democracia – família, religião, trabalho, divisão sexual, expectativas e visões do mundo.

Portugal mudou e quem hoje passa por Torre de Moncorvo, Vale da Vilariça, Felgar ou Estevais (localizações retratadas nos filmes) nota profundas diferenças materiais e sociais, especialmente com o turismo e a renovação de edifícios, públicos e privados. Sente-se, no entanto, o abandono e o

¹ Este episódio ocorreu durante os XIX Encontros da Primavera – Artes, Democracia e Futuros, Picote, Miranda do Douro (7-9 Junho 2024). Neste texto, o autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico.

despovoamento. Quilómetros de estrada sem ver gente, como no caso do IC5, que liga Alijó a Miranda do Douro, e onde durante algum tempo figuraram nos seus vários viadutos tarjas com a inscrição “Obrigado Sócrates. Desde Salazar que ninguém se lembrava de nós”. Avistam-se apenas os velhos e os turistas. Avista-se pouca gente jovem, precisamente aquela que no filme *Gente do Norte* aparecia a reivindicar outras oportunidades e que, hoje, parece não existir mais.

Como viajante semanal, não me importa a confrontação com estoutro país, que estética e sensorialmente se oferece diferente relativamente a Lisboa e às suas periferias (onde vivo). Já em 2000, quando fiz trabalho de campo em Tourém, Montalegre, conheci um outro Portugal, rural, em lenta, mas efetiva transformação. Não em todas as suas dimensões, mas apercebendo-me como a lavoura sofria os impactos da Política Agrícola Comum (PAC) e da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, através da infraestruturação das explorações, melhoria das infraestruturas básicas ao nível do saneamento, rede de água e comunicações. Sentia-se por todo o lado a presença dos investimentos públicos e privados com apoio dos programas comunitários como o FEDER ou o INTERREG. Material e socialmente, estoutro país, diferente do mundo urbano ou suburbano, transformou-se e já não é hoje passível de ser confundido exclusivamente com um mundo agrícola. Os estudos antropológicos mostram-no.² Ana Catarina Belo, numa recente dissertação de mestrado em antropologia sobre o estilo de vida dos *millennials* portugueses no interior Norte de Portugal, revela-nos uma sociedade “profundamente moldada pela globalização” (Belo, 2023). Mas não só é no mundo rural que Portugal é diferente daquele que existia no 25 de Abril de 1974. Portugal é hoje mais um país de imigração do que de emigração e vive a sua pós-colonialidade num tempo (espaço) de aberturas multiculturais e no qual as novas tecnologias de comunicação e relação definem muito das experiências sociais. O país mudou muito com o 25 de Abril, bastando analisar indicadores como os da taxa de alfabetização, de mortalidade neonatal, parque habitacional ou de equipamentos destinados às artes.³ O desenvolvimento material e imaterial ocorreu. E apesar de o desequilíbrio entre regiões continuar a ser estatisticamente revelado, e a distância entre Trás-os-Montes e Alto Douto (TMAD) e a Área Metropolitana

2 A este propósito convido a uma consulta da Revista *Etnográfica*, disponível em acesso aberto em <https://journals.openedition.org/etnografica/> para que se possa dar conta da transformação social e material que ocorreu em Portugal ao longo dos últimos 25 anos em termos de novas realidades sociais, novos sujeitos, novas experiências, novos desafios e novos contextos.

3 Ver neste dossier o artigo de Abreu.

de Lisboa ser grande em termos de indicadores macroeconómicos, não creio que se viva pior em Miranda do Douro ou Vila Real do que em Lisboa.

Este é um texto declaradamente impressivo e especulativo, no qual me proponho fazer uma reflexão crítica sobre a questão do “desenvolvimento” de e em Portugal após o 25 de Abril de 1974, partindo das minhas experiências (e impressões) como homem e como antropólogo que vive, trabalha e estuda sobre e neste país. Esta é uma reflexão que pretende pensar não tanto o modo como a antropologia tem abordado o tema e posicionado o “objecto” (cf., por exemplo, Almeida, 2014 e 2007; Almeida, Leal e Marques, 2024; Cabral, 2021; Godinho, 2019 e Saraiva, 2024) mas, sobretudo, a complexidade do mesmo. Faço-o com base numa breve comparação entre o viver em Lisboa e o viver em TMAD, recorrendo à minha experiência de ensino universitário no interior rural de Portugal (Miranda do Douro e Vila Real) e à minha itinerância nos últimos 24 anos. Todas as semanas desloco-me entre Almada e Vila Real (antes Miranda do Douro), onde tenho desenvolvido a minha actividade profissional. Deambulo entre um Portugal litoral, das cidades, do urbano e do suburbano; e um Portugal interior, despovoado, da floresta, do baldio, do mundo rural e agrícola (cada vez mais pós-rural e pós-agrícola⁴). 400 quilómetros de diferenças e semelhanças, mantendo em perspectiva esse “País dual”⁵, ainda que Portugal seja heterogéneo nas suas ruralidades, urbanidades, interioridades e litoralidades.

Por outro lado, não creio ser possível dissociar este “D” dos outros dois inscritos no Programa do MFA. Ou seja, o “desenvolver” como proposta política e ideológica para um País, em 1974, “atrasado” economicamente e com inúmeras questões sociais e políticas por abordar, só pode ser pensado a partir dos processos de “democratização” e “descolonização”⁶. O que obriga a colocar perguntas-chave no debate sobre o que é o desenvolvimento, no campo de estudos críticos e antropológicos (cf. por exemplo, Escobar 2011). Que tipo de desenvolvimento foi/era/seria desejável, reivindicável em 1974? O que podia ter sido feito de forma diferente? E como é que hoje, passados 50 anos, pensamos esse “desenvolvimento” a partir de muitas outras “evoluções” conceptuais?

4 Cf. Figueiredo (2011). Categorias que nos permitem reconhecer as transformações sociais e económicas do interior de Portugal com perda de importância das actividades agrícolas e das identidades camponesas, por exemplo, a favor do turismo; e o declínio e o abandono do território ou a sua urbanização. A este propósito, será interessante verificar no futuro o impacto no mundo rural da Nova Lei dos Solos.

5 Na referência de João Leal (2010) ao trabalho de Benjamim Pereira. Benjamim Pereira alimentou, a par dos seus colegas do Centro de Estudos de Etnologia e do Museu Nacional de Etnologia, um enorme fascínio pelo Portugal Rural.

6 Ver neste dossier Aboim, Blanes, Santos.

(olhando a diferentes transformações materiais e imateriais e demandas existenciais, que começaram a colocar-se ao nível da sustentabilidade, ambiente, direitos humanos, saúde, justiça, cidadania plena e processos participativos)? E como ficaram ou foram impactadas as populações locais e os seus interesses heterogéneos? E quem beneficiou mais com as opções de desenvolvimento seguidas até aqui? E será que “desenvolvimento” é equacionável, inevitavelmente, com “progresso”, e que o seu antónimo é equivalente a “retrocesso”? É possível falar em desenvolvimentos excessivos, ou em “de-desenvolvimentos”, decrescimentos e desacelerações, como propõe Serge Latouche (2011)? Seriam estas noções alternativas de desenvolvimento admissíveis no Portugal de 1974; seriam elas admissíveis, depois, no Portugal do PREC, da CEE e, actualmente, da União Europeia?

E DEPOIS DO ADEUS? O ENSINO SUPERIOR AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Em 2004 iniciei funções como professor de antropologia na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), considerada um dos agentes principais do desenvolvimento económico e social da Região. Leccionei e fui director (entre 2006 e 2010) do curso de Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento, até à sua interrupção por decisão reitoral. Sempre tivemos alunos (no seu máximo 100 numa instituição que chegou a ter 500 alunos). O curso foi criado na última década do século xx, um período de expansão do ensino superior universitário, com a abertura de extensões da UTAD em Miranda do Douro e Chaves. Na região de TMAD foram igualmente criados pólos universitários em Macedo de Cavaleiros e Mirandela, envolvendo entidades políticas públicas e entidades privadas, num processo que visava suscitar a tão almejada coesão territorial. Fui igualmente o último delegado do Reitor desta extensão universitária entre 2006 e 2010, tendo participado numa longa negociação entre a Reitoria e o município relativa ao encerramento da universidade. A autarquia de Miranda do Douro enfrentou o fim da experiência universitária onze anos apenas após a sua criação, o que colocou em causa o projecto de desenvolvimento para o Nordeste de Portugal.⁷ As razões de índole económica, escala e

7 Pelo menos, nas representações de muitos actores políticos locais. Uma história, de implementação, existência e encerramento, que ainda está por fazer, apesar da publicação de uma breve nota sobre a história desta extensão universitária no livro que assinalou os 40 anos da UTAD (Parafita, 2021). Ver, sobre o que foi o ensino da antropologia no pólo da UTAD de Miranda do Douro, Pereiro (2014). Um texto no qual o autor também reflecte sobre o impacto local, regional e transfronteiriço da universidade.

poupança, apresentadas pelo Reitor da UTAD à altura, tinham como objectivo a concentração de todos os seus cursos e serviços num único *campus* em Vila Real.⁸ Na proposta de criação da extensão de Miranda do Douro e dos seus cursos (também era oferecido trabalho social) estava explicitamente declarado que a universidade se obrigava, no âmbito da sua missão, a contribuir para o desenvolvimento regional de TMAD e para a sua coesão territorial. Na verdade, um desígnio fundacional de todo o projecto UTAD desde o seu início em 1973-1974 até aos dias de hoje, embora actualmente se aponte sobretudo à afirmação numa geografia global.

Porque dou este exemplo? Porque é crucial em qualquer política e projecto de desenvolvimento avaliar os seus impactos muito para além dos ganhos materiais e imediatos. Que impacto teve o projecto universitário UTAD em Trás-os-Montes e Alto Douro, num território de baixa densidade populacional e com indicadores macroeconómicos desfavoráveis relativamente à média nacional e a Lisboa, por exemplo, ao nível do PIB *per capita* e do poder de compra? Quais as temporalidades a considerar nesta avaliação? À altura do encerramento da extensão de Miranda do Douro (2010) começavam a reconhecer-se algumas transformações sociais a nível local. Em termos materiais, em razão de um forte investimento no mercado imobiliário, já seriam mais visíveis os impactos, mas em termos sociais, no plano das “mentalidades” e das estruturas sociais, uma década tinha sido um tempo muito curto para aferir verdadeiramente o impacto da universidade. Recordo-me de que, na altura, através de alguns processos de auscultação informal ao encerramento da universidade, os habitantes locais colocaram no centro das suas preocupações a economia da imediatez, ou seja, das rendas dos estudantes que ficariam por pagar ou das refeições por confeccionar. Não pensavam a médio e longo prazo, nem tampouco na transformação das estruturas e instituições sociais, das identidades e dos modos e estilos de vida locais e da região.

Qual o papel que uma universidade pode ter a nível da transformação social e material, particularmente no interior de Portugal? Qual a responsabilidade do governo nacional nestes processos e, em particular, nas políticas do conhecimento e de formação, inevitavelmente ligadas à economia e à sociedade? Para estas perguntas não há respostas unívocas ou simples, mas são perguntas que (me) coloco permanentemente quando percebo que o universo que alimenta a UTAD, em termos de alunos (e docentes), é constituído em grande número por aqueles que são de zonas interiores e não conseguiram ir para o Porto, Braga, ou, mesmo, para Lisboa. A afirmação numa geografia global, feita actualmente pelos órgãos gestores da universidade, presume que algo já

8 Em 2014 foi igualmente encerrada a Extensão de Chaves.

tenha sido conseguido a nível de capital cultural, simbólico e social do seu corpo docente e discente, bem como ao nível das estruturas sociais locais. Mas será mesmo assim?

Daquele período tenso em Miranda do Douro (de 2006, quando se começou a falar no encerramento do pólo universitário, até 2010, quando se consumou) fica a percepção de injustiça, de não poder haver ali o que há em Lisboa e no litoral. Uma percepção não só nos agentes sociais locais, mas, igualmente, entre alguns, como eu, que percebíamos, não vivendo regularmente ali, a importância e o papel da universidade na criação de dinâmicas sociais transformadoras. Os autarcas locais, desiludidos com tão efémera presença, falavam de mais um prego no caixão da morte do interior. Não por acaso, a zona do Planalto Mirandês, impulsionada pela presença da Universidade, assistiu a uma extraordinária expansão de um neo-associativismo ligado às potencialidades e virtudes do rural e do agrícola (AEPGA, Palombar, Aldeia⁹). Este associativismo, assente nos chamados “neo-rurais”, jovens com formação universitária vindos do Porto e do litoral norte, encontrara nas pessoas, nos saberes e ofertas locais um interesse que ainda hoje se mantém e alicerça. No entanto, recordo também as palavras muito assertivas de uma aluna do curso de antropologia da UTAD, quando elogiei o mundo rural e as virtudes do “viver no campo”: “Fique você aqui, que eu também quero ir à cidade e ao Centro Comercial... farta de vacas e paisagens, que para o professor são bonitas, estou eu!” Nunca mais soube dessa aluna, mas compreendi e acatei a afirmação, que me pareceu justa, e confrontou-me com a minha condição, circunstâncias e relativismo dos interesses, gostos e expectativas.

Quiçá seja no plano das representações do que é o moderno, o progresso, o desenvolvimento, do que são as ofertas materiais e sociais dos mundos rurais e urbanos que a questão possa ser colocada; em termos de experiências mais plurais, e de uma cidadania plena (em particular, para as mulheres). Nas minhas viagens e reflexões semanais não deixo de pensar (com evidências impressivas e experenciais) que ser jovem, mulher ou homem em Lisboa ou noutra grande cidade não é o mesmo que o ser numa vila ou cidade do interior de Portugal. Mas também quando chego à estação de comboio do Pragal, vindo de Vila Real, confronto-me com o Bairro Cor de Rosa, o Bairro Amarelo, espaços racializados que marcam outras periferias internas no país. Esse “Pretogal” guetificado. Em Lisboa e nas suas periferias vê-se hoje muita pobreza e miséria — o “terceiro mundo em casa”; nos terminais rodoviários onde nepaleses e

⁹ Associações ligadas à defesa e promoção dos patrimónios materiais e imateriais locais (gado, matérias primas, arquitectura tradicional, etc.). Ver, por exemplo, <https://www.aepga.pt/> (última consulta em Março 2025).

paquistaneses passam a noite, e nas ruas onde se acumulam corpos cansados e desgastados de vidas nuas e sem tecto, despojos de um capitalismo neoliberal que escraviza em pleno século XXI.

Ao mesmo tempo, no Gerês, onde realizo um trabalho de campo longitudinal sobre áreas protegidas, os nómadas digitais repovoam aldeias, fartos da vida da grande cidade. O desejo de cada vez mais pessoas que escapam para o mundo rural em busca de uma “desaceleração” e de um “decrescimento” (Latouche, 2011), é um sintoma de insatisfação e de afirmação contra o tipo de desenvolvimento realizado nestes 50 anos (não só em Portugal). E aqui retorno a alguns questionamentos que têm sido produzidos desde o campo dos estudos críticos do desenvolvimento: as políticas de um tipo de desenvolvimento hegemónico são seguidas porque necessárias para o bem-estar social? Ou porque são inevitáveis perante os financiadores europeus e mundiais? Ou ainda porque o caminho é só um e só pode ser o mesmo para todos e em todo o lado? Onde me situo, a antropologia, há muito que um pensamento crítico está estabelecido sobre este devir único e estes imperialismos cognitivos, económicos, sociais (ontológicos e epistemológicos, na verdade); sobre um desenvolvimento assente numa crença indiscutível na ciência e na capacidade humana de dominar tudo o resto através da tecnologia sem pensar nas consequências das inovações e transformações decorrentes sobre os indivíduos, as sociedades e modos de vida.¹⁰ Este “tudo o resto” é onde se incluem os mais vulneráveis do ponto de vista humano e social, assim como os modos de estar e habitar o mundo que escapam aos modelos dominantes e às propostas hegemónicas, e ainda todos os outros bióticos e abióticos sujeitos a incontroláveis apetites predatórios. Estes são, por excelência, os sujeitos e os terrenos de estudo da antropologia, não porque interessa à disciplina as sociedades distantes no tempo e no espaço,¹¹ mas porque é seu foco primordial pensar a diversidade e a pluralidade da condição humana a partir de lugares e existências que tendem a ser invisibilizadas e/ou negligenciadas. Não por acaso, o desenvolvimento social e económico de Portugal tem sido pensado desde o campo da antropologia portuguesa muito a partir de resistências e permanências culturais e sociais, como soluções epistemológicas que partem do reconhecimento de que a cultura e a vida são processos complexos, multidimensionais e gerundiais. Isto é algo reconhecível na agenda de investigação da equipa do Museu Nacional de Etnologia logo a seguir ao 25 de Abril

10 Sobre perspectivas críticas dos modelos de desenvolvimento hegemónicos, mesmo aqueles configurados sob a capa do pós-económico ou da sustentabilidade, ver Escobar (2011) ou Latouche (2011).

11 Há muito que essa falaciosa ideia foi desconstruída (Cabral, 1998).

(Saraiva, 2024); ou ainda no que não tem sido o objecto “desenvolvimento” no campo da antropologia portuguesa (Cabral, 2021; Godinho, 2019). Por outras palavras, o interesse manifestado, até aos anos 1980, pelo mundo rural (nas suas permanências e mudanças) revela não só a necessidade de continuar a olhar para um Portugal coetâneo de outro que se ia transformando mais rapidamente nas cidades e pelo Processo Revolucionário em Curso mas, igualmente, cumprir aquele que é o projecto de conhecimento primordial da antropologia: toda a condição humana.

ANTECIPANDO FUTUROS

Não foi minha intenção neste texto fazer um sobrevoo ao estudo do desenvolvimento de e em Portugal pela antropologia feita neste país. A partir da minha experiência pessoal (que também passa por ser antropólogo) tentei pensar a complexidade de um conceito. Em todo o caso, a antropologia portuguesa tem acompanhado as transformações sociais, económicas, materiais e imateriais do país (cf., por exemplo, Godinho 2019). As agendas de investigação foram não só acompanhando as dinâmicas sociais, sempre actualizantes, como anteciparam questões e temas que mais tarde começaram a penetrar de forma mais premente o espaço de debate público alargado (e.g. economia informal, trabalho precário, imigração, antropoceno). Será seguramente um dos bons contributos da antropologia identificar realidades invisibilizadas ou menos reconhecidas na esfera pública (Cunha e Lima, 2010), a par de leituras críticas sobre o desenvolvimento, as políticas desenvolvimentistas e a configuração ideológica das transformações exigidas ao mundo, tendo como pano de fundo o capitalismo e o neoliberalismo (Escobar, 2011; Latouche, 2011). A este propósito, Patrícia Matos (2024), num contributo para o número especial da *Etnográfica* dedicado à evocação dos 50 anos do 25 de Abril, escrevia em resposta ao desafio “O que gostarias de ter estudado em 1974?”:

“Se pudesse, e partindo deste imenso património de teorização antropológica sobre o valor, ainda gostaria de um dia investigar e compreender melhor como durante o processo revolucionário a realidade e o imperativo das necessidades humanas (i.e. materiais e imateriais) foram definidas e legitimadas através de distintos regimes e horizontes de valor e liberdade. Que gramáticas morais e ideológicas foram convocadas por diferentes populações, comunidades e coletivos para defender a legitimidade de satisfação das suas necessidades e projetos intergeracionais de reprodução? [Matos, 2024, 277]

Reconhecendo que 50 anos é ainda um tempo de curta duração da democracia, e apontando ao futuro, a antropologia continuará a ter um papel

importante no estudo dos modelos de desenvolvimento (hegemónicos e alternativos) e das possibilidades de vida em sociedade que eles suscitam e o que, cada vez mais, implicam na relação com o mais-do-que-humano. Aqui, o meu argumento passa por pensar que o progresso não é um caminho unívoco nem unidirecional na procura do novo, do moderno e do tecnologicamente inscrito. Pelo contrário, assenta igualmente na capacidade de olhar para os lados e para trás; de desacelerar, parar, recuar (Escobar, 2011; Latouche, 2011); e de reconhecer as pluralidades existenciais, sob pena de nos fixarmos numa dimensão meramente biologista e económica (capitalista) do desenvolvimento, num darwinismo implacável que negligencia afectos, emoções e o cuidado com os outros e tudo o mais. O projecto de conhecimento para que aponto deve ser pensado no âmbito de uma epistemologia expandida que faça reconhecer igualmente todo o âmbito do mais-do-que-humano e, não menos importante, que não negligencie outras possibilidades de viver, conhecer e conceber o futuro e de as conhecer (Martins, 2021, p. 560).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. V. (2007), “Campanhas de dinamização cultural e acção cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva”. *Arquivos da Memória*, 2, pp. pp. 47-65.
- ALMEIDA, S. V. (2014), “O 25 de Abril na antropologia portuguesa 40 anos depois: trajecto das invisibilidades e visibilidades”. *Ler História*, 67, pp.178-183. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.937>.
- ALMEIDA, S. V., LEAL, J. e MARQUES, E. M. (2024), “A antropologia e o 25 de Abril: introdução”. *Etnográfica Especial*, pp. 11-15. <https://doi.org/10.4000/etnografica.15838>.
- BELO, A. C. (2023), *Retratos de uma Geração Periférica: Millennials Não-metropolitanos e Estilo de Vida no Norte de Portugal*. Dissertação mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- CABRAL, J. P. (1998), “A antropologia e a questão disciplinar”, *Análise Social*, 149, XXXIII (5.º), pp. 1081-1092.
- CABRAL, J. P. (2021), “A antropologia que a democracia produziu”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 38(3-4), pp. 117-129. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/10733> (consultado em Março 2025).
- CUNHA, M. I. e LIMA, A. (2010), “Ethnography and the public sphere: summarizing questions”. *Etnográfica*, 14 (1), pp. 61-69. <https://doi.org/10.4000/etnografica.158>.
- ESCOBAR, A. (2011), *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*, Nova Jersey, Princeton University Press.
- FIGUEIREDO, E. (2011), “Introdução: um rural cheio de futuros?”. In E. Figueiredo (ed.), *O Rural Plural – Olhar o Presente, Imaginar o Futuro*, Castro Verde, 100 Luz, pp. 13-46.
- GODINHO, P. (2019), “Antropología portuguesa contemporánea, casi medio siglo desde abril”. *Disparidades. Revista de Antropología*, 74(2): eo14. <https://doi.org/10.3989/dra.2019.02.014>.
- LATOUCHE, S. (2011), *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, Lisboa, Edições 70.

- LEAL, J. (2010), “Os dois países de Benjamim Pereira: uma homenagem”. *Etnográfica*, 14 (1), pp. 185-195.
- MARTINS, H. (2021), “Pelo prazer da antropologia, do conhecimento e da leitura”. *Etnográfica*, 25 (3), pp. 559-560. <https://doi.org/10.4000/etnografica.10578>.
- MATOS, P. A. (2024), “Projetos contestados de reprodução social durante o processo revolucionário: necessidades humanas e horizontes de valor”. *Etnográfica*, pp. 271-278. <https://doi.org/10.4000/etnografica.15915>.
- PARAFITA, A. (2021), *História da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (1973-2020)*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).
- PEREIRO, X. (2014), “Da antropologia à antropologia aplicada ou a afirmação da disciplina no Norte de Portugal”. *Etnográfica*, 18 (2): pp. 425-440. <https://doi.org/10.4000/etnografica.3776>.
- SARAIVA, C. (2024), “Um outro Portugal de Abril: os estudiosos não revolucionários do povo”. *Etnográfica*, pp. 87-96. <https://doi.org/10.4000/etnografica.16102>.

*

FILMOGRAFIA

- BRITO, L. (1977), *Gente do Norte – Ou A História de Vila Rica*.
- COOPERATIVA DE CINEMA CINEQUANON (1975), *Velhas Profissões*.

Recebido a 12-11-2024. Aceite para publicação a 18-06-2025.

MARTINS, H. (2025), “Sobre a complexidade de um conceito: Universidade em Trás-os-Montes, antropologia e desenvolvimento num Portugal dual após o 25 de Abril de 1974”. *Análise Social*, 257, LX (4.º), e44079. <https://doi.org/10.31447/44079>.

Humberto Martins » hmartins@utad.pt » DESG/UTAD e CRIA, Universidade do Minho » Quinta de Prados — 5000-801 Vila Real, Portugal » <https://orcid.org/0000-0003-3095-9784>.